Escritas do Tempo

Doi: 10.47694/issn.2674-7758.v6.i15.2024.0102

Editorial

Dalila Varela Singulane*
Marcus Vinicius Reis**

*Editora-chefe da Escritas do Tempo. E-mail: dalilavarela.s@gmail.com

**Editor-chefe da Escritas do Tempo. Professor PPGHIST-Unifesspa. E-mail: marcus.reis@unifesspa.edu.br

Como curar algo que não foi tratado? Dentro do campo da psicologia seria impossível que tal coisa fosse feita, pois a cura essencialmente está ligada à fala e, mais do que isso, à reflexão sobre os momentos traumáticos que espelham a personalidade do indivíduo adoecido. O trauma gera em indivíduos e em grupos comportamentos disfuncionais, que se repetido diversas vezes começam a se tornar parte da normalidade e serão encarados não mais como trauma ou disfunção, mas como parte biológica na constituição daquele indivíduo, sua persona. E é dessa forma que começa a ser positivado por aqueles que também estão adoecidos.

O Brasil carrega, em suas estruturas sociais e institucionais, as marcas profundas de um trauma coletivo que jamais recebeu a atenção e a cura necessárias. A Ditadura Civil-Militar (1964-1985), com sua violência sistemática, torturas e censura, permanece como um dos períodos mais sombrios da nossa história recente. No entanto, como em um trauma psicológico individual que é ignorado, as feridas desse período ainda sangram no tecido da nossa sociedade. Vivemos as consequências de um regime que jamais foi amplamente responsabilizado por suas violações, o que nos impede de romper definitivamente com o autoritarismo que nos assombra.

Traumas não tratados têm um impacto prolongado. Assim como um indivíduo que não enfrenta os eventos dolorosos de seu passado é condenado a revivê-los de formas disfarçadas, uma nação que evita encarar os fantasmas e presenças do autoritarismo também repete seus erros. No Brasil, a Lei da Anistia de 1979, ao colocar em um mesmo patamar militares e empresários torturadores e militantes perseguidos, silenciou a possibilidade de uma reflexão coletiva e de uma verdadeira justiça. Essa anistia generalizada não foi uma reconciliação, mas

sim um convite ao esquecimento, que abriu espaço para a negação histórica e a relativização da barbárie.

O impacto é palpável. A falta de responsabilização de torturadores e agentes do Estado não apenas perpetuou uma cultura de impunidade, mas também enfraqueceu as bases democráticas. Discursos autoritários, nostálgicos de um tempo de suposta "ordem", encontram eco na Câmara dos Deputados e, entre 2018-2022, na Presidência da República, assim como em outros setores significativos da sociedade, evidenciando como as narrativas distorcidas sobre a ditadura continuam a influenciar o presente. Esse fenômeno é fruto direto de um trauma não enfrentado, que se manifesta em uma democracia frágil e em instituições muitas vezes coniventes com práticas violentas e autoritárias. Há algumas semanas vimos a divulgação de um novo golpe militar que por muito pouco não obteve sucesso em 2022.

Entre os grupos mais afetados pela violência do regime estão os povos indígenas. Durante a ditadura, as populações originárias foram submetidas a políticas de expulsão de suas terras, a massacres e à invisibilização sistemática. O projeto de modernização imposto pelo regime, alicerçado em obras faraônicas e no avanço da fronteira agrária, foi realizado à custa do sangue indígena. Os relatórios da Comissão Nacional da Verdade (CNV) revelam que a ditadura foi responsável por genocídios, etnocídios e pela destruição de culturas inteiras. Tais crimes continuam, em parte, impunes, reforçando um ciclo de violação que atravessa as décadas e se perpetua nos ataques às populações indígenas no Brasil contemporâneo.

A questão que se impõe é: como enfrentar esse passado? A história de outras nações, como a Argentina e o Chile, demonstra que a busca por justiça e a construção de uma memória coletiva são passos essenciais para romper com o autoritarismo e fortalecer a democracia. No Brasil, ainda estamos longe desse cenário. Apesar dos avanços proporcionados pela CNV, como a documentação das violações, a ausência de punição efetiva dos torturadores simboliza o quanto ainda falta para curar nossas feridas.

O trauma coletivo da Ditadura Civil-Militar é mais do que um eco do passado, é um obstáculo ao futuro. O silêncio em torno dessas violações é também o silêncio em torno dos direitos humanos, da justiça social e da democracia plena. Cabe a nós, como sociedade, exigir a responsabilização, valorizar a memória e trabalhar pela justiça. Somente assim poderemos romper com o ciclo de impunidade e dar um passo definitivo em direção a uma sociedade mais justa e democrática . O presente dossiê - "Os 60 anos do golpe civil-militar de 1964 e suas heranças na Amazônia " - é organizado pelos docentes : Dr. Reginaldo Cerqueira Sousa (Unifesspa), Dr. Moisés Pereira da Silva (UFNT) e Dr. Wellington Sampaio da Silva (IFTO).

Boa leitura!